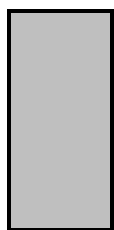


Artigo



MARIA GRAHAM E A ESCRAVIDÃO NO BRASIL. ENTRE O OLHAR E O BICO DE PENA E OS LEITORES DO DIÁRIO DE UMA VIAJANTE INGLESA DO SÉCULO XIX

Marcelo Alves Cerdan*

Resumo

Neste artigo é analisado o *Diário de uma viagem ao Brasil*, escrito pela viajante inglesa Maria Graham, enfatizando a concepção da autora sobre a escravidão africana no Brasil.

Palavras-chave: viajantes, Maria Graham, Livro de viagem, escravidão.

Abstract

In this article is analysed the book *Diário de uma viagem ao Brasil*, written by the English traveller Maria Graham, highlighting the conception of the author about the African slavery in Brasil.

Keywords: travellers, Maria Graham, Travel book, slavery.

A proposta central deste trabalho é buscar entender alguns aspectos da escravidão brasileira apresentada nas linhas que compõem o *Diário de uma viagem ao Brasil*. Para tanto, foi feito um levantamento dos trechos em que Maria Graham refere-se à questão da escravidão, aludindo a diversos temas: alimentação, vestimenta, habitação, aspecto moral, casamento, trabalho, entre outros.

* Mestrando em História, pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

As anotações feitas pela viajante inglesa traz também elementos do aspecto do cotidiano de alguns segmentos sociais brasileiros, especialmente da cidade do Rio de Janeiro, que são extremamente ricos para estudos daquele período.

O *Diário de uma viagem ao Brasil* é um manancial de evidências sobre questões ligadas à vida privada da sociedade local e de estrangeiros, especialmente os ingleses; às mulheres; à vestimenta; à alimentação; às festas da alta sociedade; à política e habitação, ao comércio, entre outras. No entanto, em relação aos viajantes como Rugendas e Debret, são relativamente poucos os estudos que têm se valido do *Diário* de Graham enquanto base empírica.¹

¹ Entre os que fizeram uso do *Diário* de Maria Graham podemos destacar: BARREIRO, José Carlos (2002). *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora da Unesp; COSTA, Iraci Del Nero e MARCONDES, Renato Leite (2001). “A alimentação no cativo: uma coletânea sobre os regimes alimentares dos negros afro-brasileiros”. In: *Revista do Rio de Janeiro*; FILHO, Walter Fraga (1996). *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA; FREYRE, Gilberto, 39ª ed. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Record; KARASCH, Mary C. (2000). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras; LEITE, Miriam L. Moreira (1984). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX. Antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC; Brasília:INL ; LEITE, Miriam Lichitz Moreira (1997). *Livros de viagem (1803 – 1900). Relatos de viajantes como fontes da história*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; LEITE, Miriam Lichitz Moreira. (1988/89). “Mulheres e família”. In: *Revista Brasileira de História*. n° 17, v. 9: pp. 143-178; LEITE, Miriam L. Moreira, MOTT, Maria Lúcia de Barros e APPENZELLER, Bertha Kauffmann (1982). *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX: um índice de referência em livros de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas ; MATTOSO, Kátia de Queirós (1982). *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; QUITANDEIRO, Tania (1966). *Retratos de mulher. O cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX*. Petrópolis: Vozes ; REIS, João José (1998). “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da vida privada no Brasil* vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras; SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. (1988). *Negro na rua. A nova face da escravidão*. São Paulo: HUCITEC ; SLENES, Robert W, 1999. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; TUNA, Gustavo Henrique (2003). “Viagens e viajantes em Gilberto Freyre”. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No Brasil, não há nenhum estudo que trate especificamente de Maria Graham.² Há alguns trabalhos³ que, no intuito de analisar viajantes que estiveram no Brasil, fazem menções à viajante inglesa e sua obra.⁴

tação, IFCH-Unicamp; VAILATI, Luiz Lima (2002). “Os funerais de anjinhos na literatura de viagem”. In: *Revista Brasileira de História*, nº 44.

Cabe ressaltar que apesar de esses autores terem em comum o apoio empírico do *Diário* de Maria Graham, muitos possuem propostas teóricas e metodológicas bem diferenciadas; além disso, alguns escreveram em temporalidades distintas, como é o caso, por exemplo, de João José e Gilberto Freyre.

² Há um livro paradigmático intitulado *Viagem ao nascimento de uma nação. O diário de Maria Graham*, de Raymundo Campos (Ed. Atual). As afirmações excluem também dissertações, teses e pesquisas realizadas em outros países. Cabe salientar também que há no Brasil, a tradução do livro de Mary Pratt, *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Ele faz menções à viajante inglesa e na metade de um dos capítulos do livro, a autora analisa a obra de Maria Graham, juntamente com Flora Tristan. Porém, o foco de suas análises tem como vislumbre o *Journal of Residence in Chile during the year 1822*.

³ Entre eles podemos destacar os seguintes: GALVÃO, Cristina Carrijo (2001). “A escravidão compartilhada: os relatos de viajantes e os intérpretes da sociedade brasileira”. Dissertação, IFCH-Unicamp; LEITE, Miriam Lichitz Moreira (2000). “Mulheres viajantes no século XIX”. In: *Cadernos Pagu*, nº 15; LIMA, Madalena Quaresma (2000). “Aspectos da vida cotidiana do Rio de Janeiro na visão de três viajantes estrangeiros: Debret, Rugendas e Maria Graham”. Dissertação, UERJ; MARTINS, Luciana de Lima (2001). *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro, Zahar; SUSSEKIND, Flora (1990). *O Brasil não é longe daqui. O narrador; a viagem*. São Paulo, Companhia das Letras.

⁴ Sobre viajantes homens destacam-se os seguintes trabalhos: CARNEIRO, Newton (1979). *Rugendas no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Kosmos; DIAS, Elaine Cristina (2001). Debret, a pintura de história e as ilustrações de corte da ‘Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil’. Dissertação, IFCH-Unicamp; DIENER, Pablo (1996). “O catálogo fundamentado na obra de Joann Moritz Rugendas. E algumas idéias para a interpretação de seus trabalhos sobre o Brasil. In: *Revista USP*, nº 30; LISBOA, Karen Macknow (1995). “Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização”. In: *Revista Brasileira de História*, nº 29, vol. 15 ; LISBOA, Karen Macknow (1997). *Nova Atlântica de Spix e Martius: Natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP; MARSON, Isabel Andrade (1995). “Imagem da condição feminina em ‘Travels in Brasil’ de Henry Koster”. In: *Cadernos Pagu*, vol. 4; NAVES, Rodri-

No trabalho elaborado por Miriam Lichitz Moreira Leite, intitulado “*Mulheres viajantes no século XIX*”, a autora, em suas incursões pelo mundo das viajantes do século XIX, esbarra em Maria Graham por duas vezes. Em nenhuma delas se aprofunda nas questões pertinentes à proposta do presente trabalho. Miriam Moreira Leite acaba percorrendo um fio analítico que perpassa por questões mais ligadas à problemática de gêneros, sem fugir da sua proposta de estudos.

Já o livro de Luciana Martins, *O Rio de Janeiro dos viajantes*,⁵ é uma tentativa de entender o olhar do viajante britânico e sua produção iconográfica sobre a cidade do Rio de Janeiro, e sua relação para a construção da imagem da cidade. Segundo Martins:

Recentemente, no Brasil, estudiosos vêm analisando a influência, na construção da identidade nacional, das representações européias do território e povo brasileiros nos âmbitos geográfico, histórico, etnográfico e literário. Esses estudos iluminam os modos segundo os quais idéias originadas na Europa, como, por exemplo, as infindáveis riquezas naturais brasileiras, a ‘tropicalidade’, os ‘espaços vazios’, e as doutrinas de superioridade racial baseadas nos escritos de Le Play e Spencer, foram assimiladas pela elite intelectual e moldadas aos interesses nacionais. Ainda que seminais, todavia, a maioria das pesquisas nessa área privilegia as fontes literárias. A iconografia brasileira permanece pouco explorada. Nos últimos anos, no entanto, esforços têm sido feitos para preencher essa lacuna, como é o caso, por exemplo, da abrangente obra em três volumes, *O Brasil dos viajantes*, de Ana Maria Belluzzo. Meu trabalho, assim, contribui para esse movimento de releitura da iconografia brasileira (2001, pp. 14 e 15).

go (1996). Debret: o neo-classicismo e a escravidão”. In: NAVES, Rodrigo. *A forma difícil: Ensaio sobre arte brasileira*. São Paulo: Ática; ROUANET, Maria Helena (1991). *Eternamente em berço esplêndido. A fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano (sobre o viajante Ferdinand Denis); SLENES, Robert W. 1995/1996. “As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na viagem alegórica de Joann Moritz Rugendas”. In: *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n° 02; THEODORO, Janine (1996). “Visões e descrições da América. Alvar Nunez Cabeça de vaca (XVI) e Hercules Florence (XIX). In: *Revista USP*, n° 30.

⁵ MARTINS, Luciana de Lima (2001). *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-18550)*. Rio de Janeiro, Zahar.

A viajante Maria Graham tem pouco destaque no livro de Luciana Martins. A respeito do *Diário de uma Viagem ao Brasil*, Luciana Martins insere-o em comentário a respeito do processo de produção das gravuras, apontando o posicionamento de Graham sobre a escravidão.

Na obra de Maria Graham, *Journal of a voyage to Brazil*, por exemplo, poucos foram os retoques feitos nos originais. No entanto, há algumas sutilezas em relação às imagens que merecem atenção. Com vários autores britânicos da época, *Maria Graham explicitamente criticava a instituição e a prática da escravidão*. O frontispício de seu livro ilustra uma imagem do mercado de escravos, feitas a partir da aquarela do artista-viajante Augustus Earle. (Martins, 2001, p. 63)⁶

Há, de maneira geral, duas frentes de pesquisa que se relacionam com os viajantes estrangeiros do século XIX. Uma delas, vale-se das anotações dos viajantes como um material empírico para a temática de suas pesquisas nas áreas de escravidão, condições femininas, morte, cotidiano, religiosidade, festas, entre outras. A outra frente tem os viajantes e suas anotações como proposta temática e problematizadora. A viajante Maria Graham e sua obra parece ter despertado mais atenção da primeira frente, enquanto da segunda, a atenção dada à viajante inglesa parece não fazer jus à importância de sua obra.

I

Maria Graham iniciou a aventura no dia 31 de julho de 1821, a bordo do *Doris*, um navio-escola da marinha britânica, cujo comandante era seu primeiro marido, o capitão Thomas Graham, que acabou falecendo na viagem do Rio de Janeiro ao Chile. Em seu artigo “Mulheres e família”, Miriam Moreira Leite diz que Graham foi uma das cinco mulheres viajantes que estiveram em território brasileiro na primeira metade do século XIX.⁷

⁶ Sobre o desenho de Earle, ver figura 01.

⁷ LEITE, Miriam Lichitz Moreira. 1988/1989. “Mulheres e família”. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, nº17, vol. 9. A autora informa também que na segunda metade, o número de mulheres viajantes totalizava doze.



Figura 01: “Valongo, ou Mercado de escravos no Rio.” Desenho de Augustus Earle; Gravura de Edward Finden. Publicação: 5 de abril de 1824.

Em sua primeira visita ao Brasil, descrita na primeira parte do *Diário de uma viagem ao Brasil (Journal of a Voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823)*, a viajante inglesa esteve:

- 23 dias em Pernambuco, primeira parada no Brasil: de 21/09/1821 a 14/10/1821.
- 52 dias na Bahia: de 17/10/1821 a 09/12/1821;
- 41 dias no Rio de Janeiro: de 15/12/1821 a 24/01/1822
- mais 9 dias na Bahia: de 08/02/1822 a 16/02/1822
- mais 18 dias no Rio de Janeiro: de 24/02/1822 a 10/03/1822, quando parte para o Chile.

Após um ano e três dias de sua partida para o Chile, em 13 de março de 1823, ela chega novamente ao Brasil, porém desta vez sua estadia restringe-se apenas à cidade do Rio de Janeiro. Em 25 de outubro de 1823, faz uma breve visita à Inglaterra, com o compromisso de retornar ao Brasil para trabalhar como preceptora de dona Maria da Glória, a filha de dom Pedro I.

O *Diário de uma viagem ao Brasil* está dividido em duas partes: a primeira tem uma introdução, intitulada “Esboço da História do Brasil” que, segundo a autora: “Para melhor compreensão dos acontecimentos políticos de que fui testemunha ocular, julguei necessário antepor o seguinte esboço da História do Brasil ao meu diário de viagem.” (1956, p.3). O esboço é baseado na obra clássica composta por três volumes sobre a História do Brasil, escrita no início do século XIX pelo historiador e poeta inglês, Robert Southey, que Graham leu antes de sua visita ao Brasil, o que indica que ela, antes de visitar os locais, tinha a preocupação de obter algumas informações sobre eles.

Entre os autores citados em seus textos, destaca-se viajante Frazier,⁸ que aparece três vezes na primeira parte do livro. Esse viajante passou pela Bahia e seguiu para o Chile, entre os anos de 1712 e 1714, tendo como percurso uma rota parecida com aquela feita por Maria Graham.

O presente estudo não tem a pretensão de incluir o esboço histórico de Graham. Interessa, aqui, a parte intitulada do *Diário*, que é composta por anotações do período que a autora esteve no Brasil (Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro) antes de embarcar para o Chile, juntamente com as anotações da segunda parte.

A segunda parte do livro, intitulada “Segunda Visita ao Brasil”, inicia-se com o retorno de Maria Graham do Chile.⁹ Então viúva, instala-se na cida-

⁸ FREZIER, M (1717). *A voyage to the south-sea and along the coast of Chili and Peru, in the years 1712-1714*. London. Maria Graham cita também Alexander Humboldt (duas vezes); Daniel Defoe (viajante, comerciante e escritor do romance sobre o naufrago Robinson Crusóe, uma vez).

⁹ Entre a primeira e a segunda parte do livro, há um trecho referente à viagem ao Chile, que traz a informação do falecimento de seu marido. Essa viagem e a esta-

de do Rio de Janeiro, capital do Império. Assim como na primeira parte do livro, a autora, em virtude dos acontecimentos que envolveram a Independência do Brasil, julga “necessário dar uma curta narrativa dos principais acontecimentos que ocorreram durante êste ano e que mudaram o govêrno do país.” (1956, p. 233). Graham permanece no Rio de Janeiro até outubro de 1823, quando vai para a Inglaterra e só retorna ao Brasil em julho do ano seguinte.

Em sua estadia na terra natal por um período de mais ou menos seis meses, publica o seu *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*.

II

O livro, como afirma Maria Graham, em um trecho onde lamenta não poder enumerar tanta beleza e tantas jóias dos convidados à comemoração do aniversário de dom Pedro, tem como público leitor os ingleses: “[...] não é possível enumerar tôdas as riquezas ou belezas presentes, nem interessaria aos meus amigos inglêses, para quem êste jornal é escrito.” (1956, pp. 359 e 360). O que leva a supor que, ao retratar determinadas cenas, ela levava em consideração também a impressão que deveria causar em seus leitores.

Não se pode perder de vista que a autora tinha uma formação, assim como seus leitores, a partir de experiências em uma sociedade composta por elementos que conotavam um determinado significado ao mundo, no caso estrito deste trabalho, a questão da escravidão. Esses elementos formam a teia que substabelece uma base de significações complexas que orientam o olhar da viajante.

A fala de Maria Graham deve ser percebida e orientada por um processo composto por propostas políticas, sociais e culturais, econômicas e científicas,¹⁰ estabelecidas em uma dinâmica inter-relacional e sem “pretensão à perfeita imparcialidade, pois nem sempre esta significa virtude” (1956, p. 11).

dia no Chile foram transformadas também em um outro livro, o *Journal of a residence in Chili during the year 1822 and a voyage from Chili to Brazil in 1823*.

¹⁰ Miriam Lichitz Moreira Leite aponta para a idéia de que a maioria dos viajantes foi inspirada pelo projeto global traçado por Alexandre Humboldt no final do sé-

Parece ser indiscutível a presença de elementos do livre comércio¹¹ e da abolição da escravidão na composição retórica de Maria Graham. São duas questões que interagem entre si. Muitos adeptos da abolição viam como caminho para os seus objetivos a inserção daquelas sociedades que tinham ligações e práticas permeadas pelo tráfico de africanos — inclusive os países da África — no mundo do *livre mercado*.

culo XVIII, quando “ele enumerou a necessidade de estudo das plantas, dos animais e dos minerais, [...] também dos homens, costumes e línguas encontradas”. Prossigue Miriam: “Dentro da ambição de europeização do mundo, floresceram as Ciências Naturais, que inicialmente abrangiam a História da Natureza, em que as Ciências Sociais deram seus primeiros passos” (“Mulheres viajantes no século XIX” (2000), *Cadernos Pagu*, nº 15, p. 133). Como já mencionado neste texto (na nota 8), Alexandre Humboldt foi um dos autores que estiveram no universo bibliográfico de Maria Graham. É bem possível que ela tenha lido também o livro de De Gerando (1800), *As considerações sobre os diversos métodos a seguir na observação dos povos selvagens*, mesmo não o tendo mencionado diretamente. No livro *Aprender antropologia*, Laplantine nos diz que a obra de De Gerando foi a “primeira metodologia da viagem, destinada aos pesquisadores de uma missão nas “Terras Austrais”, esse texto é uma crítica da observação selvagem do selvagem, que procura orientar o olhar do observador. O cientista naturalista deve ser ele próprio testemunha ocular do que observa, pois a nova ciência – qualificada de ‘ciências do homem’ ou ‘ciência natural’ – é uma ciência da observação, devendo o observador participar da própria existência dos grupos sociais observados”. LAPLANTINE, François (1991). *Aprender antropologia*. São Paulo, Brasiliense, p. 60. Maria Graham foi uma observadora que buscava estar em contato com os diversos grupos que lhes serviram de manancial empírico.

¹¹ Em alguns trechos ela faz críticas às práticas contrárias ao livre mercado (mão invisível do mercado). Em sua primeira visita ao Rio de Janeiro, criticando o exercício de monopólio por parte de um açougueiro, ela diz o seguinte: “18 de dezembro. Comecei a tomar conta da casa em terra. Encontramos verduras e aves muito boas, mas não baratas; as frutas são muito boas e baratas, a carne verde é barata, mas ruim; há um açougueiro monopolista e ninguém pode matar um animal, sequer para seu próprio uso, sem pagar-lhe uma licença; conseqüentemente, não havendo concorrência, êle fornece o mercado à sua vontade (nota. 79: Não se dava mais isso na minha segunda visita ao Rio. Tudo que se refere a comestíveis estava muito melhorado). A carne é tão má que três dias em quatro mal pode ser empregada sequer em sopa de carne. GRAHAM, Maria, 1956. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Trad.: Américo Jacobina Lacombe. São Paulo, Editora Nacional, (p. 176).

A esse respeito, Mary Pratt, ao analisar o caso do viajante escocês Mungo Park¹² (1797), relacionando-o à Associação para a Promoção da Descoberta das Áreas Interiores da África (Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa) e a Sociedade para a Abolição do Tráfico de Escravos (Society for The Abolition of the Slave Trade), aponta para a seguinte idéia:

[...] a re-imaginação do interior africano em fins do século XVIII coincidiu com a extraordinária aceleração do movimento antiescravista após 1770 e a reconcepção dos africanos como um mercado e não como mercadoria. De fato, a formação da Associação Africana sucedeu por apenas uns poucos meses a inauguração de uma entidade igualmente histórica, a Society for the Abolition of the Slave Trade (Sociedade para a Abolição do Tráfico de Escravos). O afamado membro do parlamento William Wilberforce foi sócio de ambas (PRATT, 1999, p. 131).

III

O comércio de escravos africanos parecer ter sido um assunto que incomodou muito Maria Graham. Em uma de suas descrições sobre a cidade do Rio de Janeiro, em sua primeira estadia, há um trecho bem representativo sobre essa questão. Em contraste com outra situação em que estiveram submetidos os cativos, o mercado onde eram expostos à venda, foi o que menos mereceu menções de absolvição nas assertivas da viajante inglesa, como pode se ver no trecho:

Há na cidade um ar de pressa e atividade bem agradável aos nossos olhos europeus. No entanto todos os portugueses fazem a sesta após o jantar. Os negros, tanto livres quanto escravos parecem alegres e felizes no trabalho. Há tanta procura deles que se encontram em pleno emprêgo e têm, naturalmente, boa paga. Lembram aos outros aqui o menos possível a condição servil, a não ser quando se passa pela rua do Valongo. Então todo o tráfico de escravos surge com todos os seus

¹² PARK, Mungo, 1980. *Travels in the interior of Africa*. Edinburgh, Adam & Charles Black.

horrores perante nossos olhos. De ambos os lados estão armazéns de escravos novos, chamados aqui peças, e aqui as desgraçadas criaturas ficam sujeitas a tôdas as misérias da vida de um negro novo, escassa dieta, exame brutal e açoite (1956, p. 188).

Durante sua visita à Província da Bahia, ao tratar da questão do desembarque de escravos africanos, ela afirma que

durante o último ano setenta e seis navios partiram dêste pôrto para a costa d'África, e é sabido que muitos deles tomarão os escravos ao norte da linha, a despeito dos tratos em contrário. Mas o sistema de documentos falsos está tão hábil e tão geralmente organizado que a apreensão está longe de ser fácil e são tais as dificuldades que surgem para se obter a condenação de qualquer navio negreiro, que só por acaso é possível detê-los (1956, p. 171).

Como está explícito, Maria Graham está falando da proibição de embarque de africanos nos navios negreiros ao norte do Equador,¹³ imposta pela Inglaterra, que após abolir o tráfico em suas colônias em 1807, torna-se uma frente de combate a ele.¹⁴

Maria Graham é implacável em suas críticas aos aspectos que envolveram o infame comércio de escravos. Em sua primeira incursão pela cidade de Recife, ela teve o seu primeiro contato direto com a escravidão.

Não tínhamos dado cinquenta passos no Recife quando ficamos inteiramente perturbados com a primeira impressão de um mercado de escravos. Era a primeira vez que tanto os rapazes quanto eu estávamos num país de escravidão, e por mais que os sentimentos sejam penosos e fortes quando em nossa terra imaginamos a servidão, não são nada em comparação com a visão tremenda de um mercado de escravos. Estava pobrementemente abastecido, devido às circunstâncias da cidade, que faziam com que a maior parte dos possuidores de novos escravos os conservassem bem fechados nos depósitos. Contudo cêrca de cinquenta jovens criaturas, rapazes e moças, com tôdas as aparências da moléstia e da penúria, conseqüência da alimentação escassa e do longo isolamento em lugares doentios, estavam sentados e deitados na rua, no meio dos mais imundos animais. O espetáculo nos fez voltar ao na-

¹³ Tratado firmado entre Brasil e Inglaterra.

¹⁴ PRADO JR., Caio, 1980. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

vio com o coração pesado e com a resolução “ruidosa, mas profunda” de que tudo o que pudéssemos fazer no sentido da abolição ou da atenuação da escravatura seria considerado pouco (1956, p. 114).

O olhar que traz para as páginas do *Diário* o mercado de escravos esteve atento também em sua passagem pela Bahia:

Desta igreja, passando o portão do arsenal, seguimos a rua de baixo até três quarto de milha além, quando se alarga consideravelmente: aí estão os mercados que parecem estar bem sortidos, especialmente de peixe. Aí fica também o mercado de escravos, cena que ainda não aprendi a ver sem vergonha e indignação (1956, p. 150).

No Rio de Janeiro, o comércio de escravos ganhou destaque nas anotações de suas duas estadias. Na segunda, após seu retorno do Chile em 1º de maio de 1823, ela faz uma longa menção ao assunto:

Vi hoje o Val Longo [Valongo]. É o mercado de escravos do Rio. Quase tôdas as casas desta longuíssima rua são um depósito de escravos. Passando pelas suas portas à noite, vi na maior parte delas bancos colocados rente às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sôbre tapetes, evidentemente muito fracos para sentarem-se. Em uma casa as portas estavam fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçavam-se sôbre meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos. Ao aproximar-me dêles, parece que alguma coisa a meu respeito lhes atraiu a atenção; tocavam-se uns nos outros para certificarem-se que todos me estavam vendo e depois conversaram no dialeto africano próprio com muita vivacidade. Dirigi-me a êles e olhei-os de perto, e ainda que mais disposta a chorar. Fiz um esforço para lhes sorrir com alegria e beijei minha mão para êles; com tudo isso pareceram êles encantados; pularam e dançaram, como que retribuindo as minhas cortesias. Pobres criaturas! Mesmo que pudesse eu não diminuiria seus momentos de alegria, despertando nêles a compreensão das coisas tristes da escravidão; mas, apelaria para os seus senhores, para os que comprem e para os que vendem, e lhes imploraria que pensassem nos males que traz a escravidão, não somente para os negros, mas para êles próprios e, não sòmente para êles, mas para suas famílias e para suas descendências. (1956, pp. 254-55).

A atenção dada ao mercado do Valongo é, sem dúvida, maior que aos de Recife e da Bahia. Aqui ela assume uma postura diferente do seu primeiro contato com o mercado de escravos no Recife, que fez com que seu coração ficasse pesado, e no da Bahia, onde ela exclama não ter ainda se acostumado “ver sem vergonha e indignação” (1956, p. 150).

No caso do Rio de Janeiro, ela parece transpor a questão para um campo que se afasta do sentimental, havendo uma certa proposta argumentativa que se fundamenta em elementos racionais e funcionais, tentando persuadir seu leitor para vários aspectos negativos de se manter esse tipo de comércio. Quando se refere ao mal que o escravo traz à família do senhor e para seus descendentes, remete automaticamente à fala de “um inglês, que morou neste país por muitos anos, [...] que começou a fazer um descrição da moral privada do Brasil” (1956, p. 251), em uma festa ocorrida 2 dias antes, que segundo ela, abriu-lhe “*os olhos para vários aspectos*” (idem, *ibidem*).

Mrs. Graham, sabe a senhora, tanto quanto eu, que em todas as grandes cidades, no seu país e no meu, tanto quanto neste, uma certa porção de cada classe da sociedade é sempre menos moralizada que o resto. Em alguns países a imoralidade é realmente mais refinada, e quando as maneiras perdem a sua rudeza, perdem a metade dos seus vícios. Mas, suponha que as mulheres, ainda as solteiras, sejam menos puras aqui do que na Europa. Lembre-se de que entre nós, além da mãe de família, há uma ama, ou uma governante, ou mesmo uma camareira para cada moça, que deve ser bem educada, de bom caráter e de boa moral. Tudo isso são freios para o comportamento e forma uma proteção só inferior à das mães. Mas no Brasil os serviçais são escravos, e por conseguinte inimigos naturais de seus senhores, dispostos a decepcioná-los e desejosos disso, e de assistir à corrupção de suas famílias (idem, *ibidem*).

Em outra festa, três meses depois, registrada no *Diário* como ocorrida no dia 15 de agosto, esse mesmo assunto é motivo de anotação da viajante inglesa:

Tomei a liberdade de observar a uma das senhoras a extrema juventude de algumas crianças que acompanhavam suas mães naquela noite, e disse-lhe que na Inglaterra consideráramos isso maléfico para elas; sob todos os pontos de vista. Perguntou-me o que fazíamos delas. Disse que algumas estariam na cama, e outras com as amas e governantes.

Respondeu-me que éramos felizes neste ponto; mas que aqui não haviam tais pessoas e que as crianças ficariam entregues ao cuidado e ao exemplo dos escravos, cujos hábitos eram tão depravados e cujas práticas eram tão imorais que seria a perdição delas; e que aqueles que amam seus filhos precisam tê-los debaixo da vista onde, se é verdade que podem correr o perigo de haver excesso nesse sentido, ao menos não podem aprender nenhum mal. Apraz-me reunir estas provas dos males da escravidão – mesmo aqui, onde ela existe de modo mais suave que na maior parte dos países (idem, pp. 307-08).

Ao que as pistas indicam, a escravidão retratada por Maria Graham em seu livro foi se construindo também no seu dia-a-dia, com as experiências que teve a partir dos contatos com as pessoas. Não que ela tenha “baladado” todas suas idéias preliminares acerca do assunto, mas de certa forma foram se agregando elementos experimentados por ela em suas relações, a partir da assimilação dos valores de seus interlocutores. Elementos estes que ratificam sua proposta abolicionista.

A viajante tenta demonstrar também o mal causado pela escravidão naquilo que justifica sua própria existência, a partir de uma lógica econômica, construindo um discurso que tem por finalidade demonstrar que possuir escravo é inviável para uma boa produtividade, dizendo *que* “os escravos são os piores e mais caros empregados” (1956, p. 255). Para endossar a sua afirmação, apela para uma demonstração com pretensão empírica de que os terrenos em que o escravo é “autorizado a cultivar para seu próprio uso em muitas fazendas geralmente produz, pelo menos, o dôbro em proporção do que a terra do seu senhor, apesar das poucas horas de trabalho que lhe são dedicados” (1956, p. 255).

Para Graham, se o escravo é pouco produtivo, a culpa está na escravidão, e não nele, já que numa situação em que realiza um empreendimento para si, e em menor tempo, o resultado é melhor.¹⁵

¹⁵ Antonio Penalves Rocha, com a proposta de analisar “como as idéias antiescravistas da ilustração foram assimiladas por alguns letrados brasileiros do começo de século XIX”, afirma que “Antonio José Gonçalves Chaves [...] citou Adam Smith [...] para sustentar seu argumento de que o uso de escravos causava danos econô-

Esse tipo de persuasão segue, ao que parece, a lógica utilizada por alguns abolicionistas, que contradiziam o argumento dos escravocratas de que os escravos só trabalhavam sob vigilância e eram incapazes moralmente de assimilarem valores que os tornassem indivíduos capazes de estabelecerem-se, buscando evidências da capacidade do negro de produzir longe dos olhares brancos, como

micos, reproduziu palavras do economista escocês, segundo as quais o escravo consome o mais que pode e trabalha o menos que pode” (pp.41 e 42). Rocha diz que “Manoel Severiano da Costa [...] recorreu a Montesquieu para confirmar a idéia de que o trabalho livre pode ser aplicado em todos os setores da economia, adotou a explicação dada por Page no seu *Tratado de economia política e comércio da Colônias* sobre o significado do plano inglês para acabar com o tráfico; assegurou que Turgot, Steuart, Adam Smith, Herrenschwand, Bentham e Granth consideravam o trabalho ‘menor e menos lucrativo nas mãos dos escravos’” (p. 42). Segundo Rocha, “José Bonifácio de Andradas citou apenas Pierre Poivre, autor das *Viagens de um filósofo ou Observações sobre os costumes e as artes dos povos da África e da Ásia*, escrito em 1750 e publicado em 1768. [...]. Esse mesmo livro foi resenhado no primeiro artigo antiescravista escrito por Du Pont de Nemours no periódico oficial da Fisiocracia [...]. A importância de Poivre para os termos da condenação à escravidão feita pelos fisiocratas assumiu uma tal proporção que estes últimos adotaram suas observações sobre a baixa qualidade de cana-de-açúcar produzida pelos escravos e o alto custo dessa produção.” (p.42). Rocha, ao falar sobre um artigo de José da Silva Lisboa, afirma que: “O alicerce do artigo foi dado por Adam Smith, segundo o qual há um esforço natural de cada homem para melhorar a sua própria condição, sendo que os interesses pessoais coincidem com o coletivo. Para Silva Lisboa era impossível a realização deste princípio numa sociedade que emprega o trabalho escravo, pois o escravo é reduzido à condição de máquina, ‘não esperando melhoria [...], nem podendo adquirir propriedade’; resulta daí que falta ao escravo motivação para se empenhar nas atividades produtivas, o que torna a escravidão nociva à ‘opulência e civilização’”. Não obstante isso, Silva Lisboa reproduziu também a maioria dos argumentos de Adam Smith contra a escravidão: a administração do escravo é mais cara do que a do homem livre, pois com a escravidão não há frugalidade, tampouco parcimônia; os escravos raramente inventam máquinas, pois podem ser acusados de preguiçosos pelos seus senhores etc” (p. 43). ROCHA, Antonio Penalves, 2000. “Idéias antiescravistas da ilustração na sociedade escravista brasileira”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n° 39, vol. 20. Estes trechos apontam às idéias já mencionadas, no presente trabalho, sobre certos elementos smithianos (Adam Smith) nas falas de Maria Graham. As argumentações antiescravistas salientadas por Penalves são extremamente semelhantes às de Graham.

é o caso da pintura *Habitação de negros*, de Rugendas¹⁶ (ver fig. 02), onde o autor busca ressaltar que o negro produzia mesmo em dias de folga.¹⁷

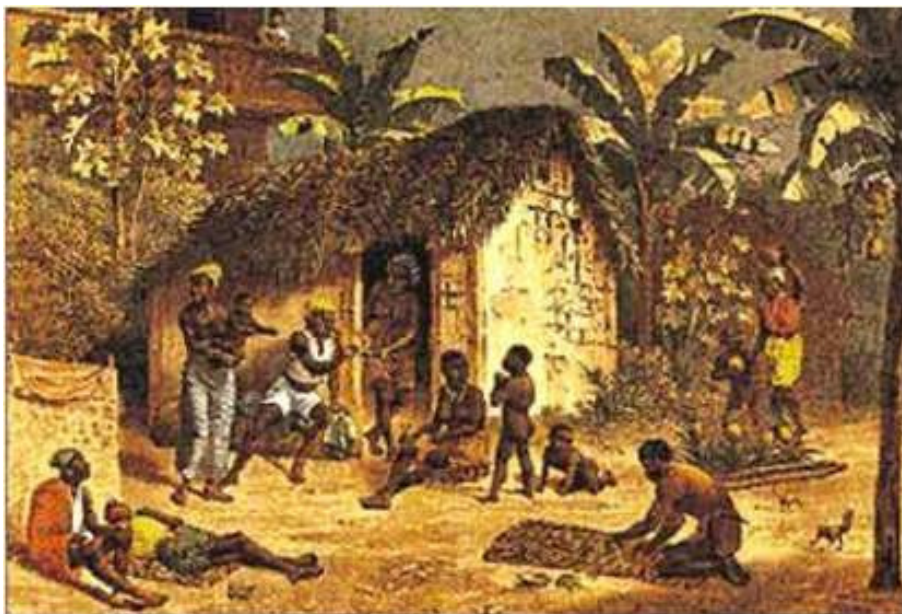


Figura 02: “Habitação de negros”. Desenho de Johann Moritz Rugendas. Publicação: 1835.

Em uma de suas visitas ao Rio de Janeiro, Graham expõe uma situação que busca enfatizar a questão de o negro ter capacidade produtiva fora do círculo de engrenagens da escravidão e sua vontade de ver-se independente.¹⁸

À tarde fiz um longo passeio a um ponto de onde se avista distintamente tôda a baía com a cidade ao longe. No caminho paramos numa casa de campo onde o Sr. P., que é aqui literalmente “rei, sacerdote e

¹⁶ RUGENDAS, João Maurício, 1949. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Tradução de Sérgio Millet, São Paulo, Martins,

¹⁷ Para uma análise da obra de Rugendas ver SLENES, Robert W. 1995/1996. “As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem alegórica de Joann Moritz Rugendas”. In: *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n° 02.

¹⁸ Há também outras passagens que são operadas nessa lógica persuasiva.

profeta”, tinha uma investigação a fazer em relação à saúde dos moradores. Eram êles dois negros envelhecidos a serviço da fazenda e hoje inúteis. Vi exemplos de alguns nesse caso serem libertados, isto é, jogados porta a fora para morrer de fome. Êstes aqui teriam direito, pelas regras da fazenda, se não pela lei, a receber diàriamente a ração dos negros que trabalham, mas êles não o quiseram. De fato vivem em uma cabana em terras do senhor, mas sustentam-se com a criação de algumas aves e com a fabricação de cestas: tão caro é o sentimento de independência, mesmo na idade madura, na doença e na escravidão (1956, p. 219).

Ainda sobre características da percepção de Maria Graham sobre a escravidão e os africanos, é pertinente ressaltar suas alusões às idéias da miscigenação enquanto uma prática positiva à formação da população. Em uma de suas anotações no ano de 1823, ela faz as seguintes observações:

Muitas das mulheres índias casaram-se com os portugueses crioulos; os casamentos entre mulheres crioulas e índios são mais raros. As crianças de tais uniões são mais belas e parecem mais inteligentes do que as de raça pura de qualquer dos lados (idem, p. 137).

A idéia da miscigenação transparece também em uma das anotações da viajante sobre a estadia que fez em Pernambuco. Ela faz explícitos elogios à superioridade do mulato¹⁹ em relação ao negro, colocando-o em condições de levar a cabo a independência do Brasil. O mulato faria parte de forma ativa na construção de uma nova nação. Maria Graham diz:

[fiquei] impressionada com a grande preponderância da população negra. Pelo último censo a população de Pernambuco, incluindo Olinda,

¹⁹ Em outro trecho do *Diário* é relatado por Maria Graham a história de “um mulato remador, o escravo de mais confiança da fazenda, e rico, porque foi tão industrioso que conseguiu uma boa porção de propriedade privada, além de cumprir seus deveres para com o senhor. Na sua mocidade, e ainda não é velho, havia-se ligado a uma negra crioula, nascida, como êle, na fazenda; mas não se casou com ela senão quando obteve bastante dinheiro para comprá-la, de modo que seus filhos, se os tivesse, nascessem livres. Desde esse tempo enriqueceu bastante para comprar a sua própria liberdade, mesmo pelo alto preço que um escravo como êle deve alcançar, mas o seu senhor não lhe quer vender a alforria, por serem os seus serviços valiosos demais para dispensá-los, apesar de sua promessa de ficar trabalhando.” GRAHAM, Maria, 1956. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Trad.: Américo Jacobina Lacombe; São Paulo, Editora Nacional. (pp. 221). Novamente a idéia do mulato industrioso.

chegava a setenta mil, dos quais não mais de um têtço era de brancos. Os demais são negros ou mulatos. *Os mulatos, em geral, são mais ativos, mais industriosos e mais esperto que qualquer das outras classes.* Acumulam grandes fortunas em muitos casos, e estão longe de ficar para traz na campanha pela independência do Brasil. Poucos negros, mesmo entre os livres, conseguiram ficar muito ricos. Um negro livre, quando sua loja ou jardim corresponde a seu esforço, vestindo-o e a sua mulher com um belo fato preto, um colar e pulseiras para a senhora e fivelas nos joelhos e sapatos para adornar as meias de seda, raramente se esforça muito mais, e contenta-se com sua alimentação diária (1956, p. 137).

Um possível sentido à questão acima pode estar na percepção e concepção que envolveram e moveram Maria Graham à idéia de que em uma sociedade de papéis e colocações hierárquicas tão definidos (preto X brancos), a possibilidade “real” de se quebrar aquela ordem social estaria no caminho do ‘cruzamento de raças’, já que a condição social dos indivíduos estaria associada à cor de sua pele, escura, a condição servil; e ao branco, a liberdade e a civilização.

Em suas pesquisas sobre Rugendas, Robert Slenes diz que o artista “procura mostrar a formação no Brasil de um novo ‘povo’ mestiço, incorporado ao modo de vida europeu”(SLENES, 1995/96, p. 274). A viajante inglesa e Rugendas estiveram no Brasil no mesmo período, portanto, não seria estranho imaginá-los portadores de argumentações semelhantes.

Slenes, ao tratar da escravidão na obra de Rugendas, no mesmo artigo citado acima, diz o seguinte:

O historiador da arte, Albert Boime, argumenta que as representações sobre o negro no século XIX tendiam a situar-se dentro de determinados ‘perímetros temáticos’. De acordo com Boime, o artista (ou qualquer observador) desse período que retratasse negros para o público de origem européia quase que necessariamente havia de se posicionar com relação a três questões, colocadas inicialmente no debate entre abolicionistas e defensores da escravidão: ‘a primeira, a desumanidade do sistema [o escravismo] e seu efeito desumanizante sobre ambos, os senhores e o escravo; a segunda, a questão da competência dos negros e sua capacidade de integrar-se na sociedade dominante; e a terceira, seu potencial para subir além de seu estado selvagem e alcançar o ní-

vel de esclarecimento espiritual' (BOIME, Albert. *The art of exclusion: representing blacks in the Nineteenth Century*. Washington, Smithsonian Institution Press, 1990, pp. xiv; SLENES, 1995/96, p. 274).

Ao que tudo indica, a autora do *Diário de uma viagem ao Brasil* posicionou-se em relação às três questões salientadas por Boime. Em relação à primeira questão de Boime, a desumanidade do sistema e seu efeito sobre os escravos e senhores, Maria Graham, em várias passagens de seu diário, descreve o comércio de escravos imprimindo-lhe um aspecto desumanizador.²⁰ Outro ponto que remete a essa questão é quando em Recife ela diz ter visto

uma mulher branca, ou antes um dêmônio, surrando uma pobre negra e torcendo seus braços cruelmente, enquanto a pobre criatura gritava angustiadamente, até que nossos homens interferiram. Bom Deus! Como pode existir êste tráfico e êstes hábitos de escravidão! (1956, p. 116).

Em relação à segunda questão, a da competência do negro e sua capacidade de integrar-se a sociedade dominante, a autora aponta para a existência de regimentos de mulatos e de negros livres na milícia da Bahia:

Voltando da capela, vimos grande parte das tropas formadas em ordem de revista, no pequeno campo entre Buenos-Aires (nome do Hospital) e o forte Pedro [São Pedro]. Todo português, ao que parece, nasce soldado, e não há nada que isente um homem dos deveres militares, a não ser um cargo público. Há seis corpos de milícia na cidade da Bahia: 1º - uma companhia de nobres de cavalaria, que forma a guarda de honra do govêrno; 2º - um esquadrão de artilharia montada; 3º e 4º - dois regimentos de brancos, quase todos comerciantes; 5º - um regimento de mulatos e 6º - um de negros livres, atingido todos reunidos 4.000 homens, bem armados e equipados; mas o regimento de negros é sem dúvida o mais treinado e mais ativo como corpo de infantaria ligeira (1956, p. 155).

Já em relação à terceira questão, a de o negro transpor o seu estado selvagem e alcançar seu esclarecimento espiritual, há uma passagem que perpassa pelo campo religioso. A viajante evidencia o caso dos escravos de

²⁰ Ver citações nas páginas 08, 09 e 10.

uma fazenda do Recôncavo baiano terem “uma igreja e um cemitério” (1956, p. 159). Outro trecho também parece ir ao encontro desta idéia:

Domingo, 3 [de março]. – Saí antes do almoço em companhia de um carpinteiro negro como guia. Este homem, de alguma instrução, aprendeu seu ofício de modo a não ser só um bom carpinteiro, mas também um razoável marceneiro. Em outros assuntos revela uma rapidez de percepção que não dá fundamento à pretendida inferioridade da inteligência negra (1956, p. 219).

Há outros casos que dialogam com estas três questões, que podem ser percebidos no corpo deste trabalho.

O negro, para Graham, realmente parecia incapaz de acumular riquezas. Em passagem por uma venda em Pernambuco ela observou que “muitos negros estavam ali gastando a economia de um dia e ficando tão alegre quanto o dia permitia” (1956, p. 141).

A viajante faz também alusões a um possível *haitianismo*,²¹ por parte dos senhores de escravos.

Os portugueses europeus ficam extremamente ansiosos por evitar o casamento com os naturais do Brasil e preferem antes dar suas filhas e fortunas ao mais humilde caixeiro de nascimento europeu do que aos mais ricos e meritórios brasileiros. Estão convencidos das prodigiosas dificuldades, senão malefícios que fizeram a si próprios com a importação de africanos. Sem dúvida encaram agora com pavor a hipótese da revolução que libertará os escravos da sua autoridade e, declarando iguais aos outros, autorizá-los-á a tomarem como agravos os insultos que suportaram pacientemente por tanto tempo (1956, p. 137).

Reitera-se a idéia de que a autora se apóia em uma argumentação de que aquilo que parece o remédio pode, na verdade, ser a doença; em outras palavras, a utilização de escravos africanos não traz tantos benefícios a seus senho-

²¹ Os senhores de escravos temiam uma possível revolta e tomada de poder por parte dos escravos e ex-escravos, como a ocorrida em São Domingos. A esse respeito, Luiz Mott no livro *Escravidão, homossexualismo e demonologia* aponta para a idéia de que “a revolução do Haiti era amplamente conhecida e aplaudida pelas lideranças negras do Brasil, que de Sergipe ao Rio de Janeiro faziam brindes nas festas ou mesmo chegavam a usar distintivo dependurado no pescoço com a figura de Dessalines, ‘o Imperador dos Negros’ do Haiti”. MOTT, Luiz. 1988, op. cit.. São Paulo, Ícone, p. 8.

res, mas potenciais complicações. Já que, como diz ela, “em tudo que usamos ferramentas são empregadas aqui as mãos nuas dos negros” (1956, p. 217).

Toda essa concatenação de idéia de Graham indigna para a imagem de que é necessário, e possível, um novo Brasil baseado numa estrutura produtiva oposta à escravista.

IV

Que Maria Graham tinha na ponta de sua pena uma intenção abolicionista, o seu *Diário de uma viagem ao Brasil* parece não deixar dúvidas.

Em 22 de novembro de 1821, ao observar o desembarque de africanos em um porto da Bahia, ela diz:

Este é o principal porto de escravos do Brasil; e os negros me parecem ser de uma raça mais bela e mais forte do que qualquer outra já vista. Um dos membros da Junta Provisória é o maior comerciante de escravos daqui. Contudo, digo com prazer que a imprensa da Bahia chegou ultimamente a imprimir um panfleto contra o comércio de escravos (1956, p. 171).

Além disso, fazendo valer as suas propostas retóricas, ela parece também ter, ao longo de suas observações e relações cotidianas, assimilado certos valores presentes na dinâmica social dos lugares onde esteve, utilizando-os e reelaborando-os ao seu propósito.²² Mas como se apresenta de forma prática o como deve ser a abolição?

Um ponto que chama muito a atenção é como Maria Graham atribui certos valores à escravidão praticada nas grandes fazendas, que para ela é, sem dúvida, circunscrita em uma teia de benevolência. Quando esteve na Bahia pela primeira vez, ao descrever sobre a habitação dos escravos, ela é enfática na ilação de que aqueles que habitam as fazendas estão em melhores condições.

²² Ver páginas 10(o diálogo com um inglês em uma festa); 11(no diálogo com uma senhora, em uma festa, Maria Graham faz a seguinte observação: “*apraz-me reunir estas provas dos males da escravidão*”); e 19(é uma anotação, como indica, pelo fato de estar escrita entre aspas, ter sido apropriada do diálogo que estabeleceu com um escravo).

Ao narrar uma visita que fez em companhia de uma amiga inglesa à casa de uma família portuguesa na cidade, fez as seguintes anotações:

Sexta-feira, 19 [de outubro] . – Acompanhei Miss Pennell numa série de visitas a seus amigos portugueses. Como não é costume dêles visitarem ou serem visitados na parte da manhã, não era lá muito elegante levar uma estrangeira a vê-los. Mas minha curiosidade, ao menos em parte, foi bem paga. Em primeiro lugar, as casas, na maior parte, são repugnantemente sujas. O andar térreo consiste geralmente em celas para escravos, cavalariças (1956, p. 148).

Mesmo seus patrícios residentes no Brasil, para ela, pareciam não dar boas condições para a acomodação de seus cativos:

De um modo geral, a sociedade está aqui em nível muito baixo entre os ingleses. Boa comida e boa bebida êles se podem permitir, já que a carne, o peixe e as aves são boas, as frutas e as diversas verduras, excelentes, e o pão, dos melhores. Seus escravos – porque na verdade todos os ingleses se servem de escravos – comem uma espécie de pirão de mandioca com pedacinhos de carne sêca empalhados dentro. (...). As casas são geralmente de um só andar, com um ou dois quartos em cima como sótão. Em baixo da casa há geralmente um espécie de porão no qual vivem os escravos. Realmente fiquei às vêzes a imaginar como é que entes humanos poderiam existir em tais lugares (1956, p. 163).

Já nas habitações dos engenhos do Recôncavo baiano, ela destaca as condições mais favoráveis às instalações dos escravos nas fazendas.

Há também muitas fazendas que, com suas construções para escravos e gado, podem ser consideradas como outras tantas povoações. Cada fazenda de açúcar, ou engenho, como as fazendas são mais geralmente chamadas aqui, tem sua pequena comunidade de escravos em tórno; e nas suas cabanas podem usufruir alguma coisa semelhante às benções da liberdade, nos laços e benefícios da família que eles não estão impedidos de manter. Entrei em várias cabanas e achei-as mais limpas e mais confortáveis do que esperava. Cada uma contém quatro ou cinco quartos e cada quarto parecia abrigar uma família (1956, p. 158).

Em visita à fazenda Santa Cruz no Rio de Janeiro, em 1823, a viajante lança seu olhar para elementos que transportam o cotidiano escravista a uma

narrativa que dá a ele uma dimensão de benevolência.²³ É uma descrição longa que traz também informações de vários aspectos do tema abordado.

Depois de jantar passei um pouco na aldeia dos negros. Há, creio eu, cêrca de mil e quinhentos na fazenda, a maior parte dos quais pertence às fazendas em tórno, ou feitorias, das quais creio que há três, Bom Jardim, Piperi e Serra: estas produzem café, feijão e milho. A vizinhança imediata de Santa Cruz é adequada para criação de gado, dos quais existem êste ano cêrca de quatro mil cabeças. Uma boa quantidade de pastagens é anualmente arrendada. Os negros de Santa Cruz não são alimentados e vestidos pelo Imperador, mas têm pequenos trechos de terra, e dispõem de metade da Sexta-feira, todos os sábados, todos os domingos, e todos os feriados, para trabalhar para si próprios, de modo que, no máximo, dedicam ao senhor quatro dias em troca da casa e da terra; alguns são dispensados até dos sinais externos da escravidão e as famílias alimentam-se e vestem-se sem interferência do senhor. O Imperador adaptou uma grande parte de uma cômoda construção erigida por seu pai, destinada às cavalariaças reais, para a instalação de um hospital. Visitei-o e encontrei um cirurgião branco e um assistente negro, camas decentes e quartos bem ventilados. A cozinha estava limpa e o caldo, que foi tudo que encontrei cozido na hora da noite em que lá estive, estava bom. Havia cerca de sessenta doentes, a maior parte dêles de simples ferida nos pés, alguns de pústulas, outros, de uma espécie de lepra causada pelo trabalho em terrenos úmidos, e uns poucos com elefantíase; as febres são muito raras, as doenças do pulmão não tão raras. Diversos hóspedes do hospital estavam ali unicamente pela velhice; um estava louco e havia uma grande sala de mulheres com crianças, de modo que no total, considero o hospital como uma prova de saúde dos negros de Santa Cruz. (1956, pp. 322-23).

Como interpretar essa configuração de valores acerca da escravidão expressos nas linhas do *Diário* de Maria Graham?

²³ Sobre questões ligadas à benevolência nas relações entre senhores e escravos e suas implicações com relatos de viajantes (inclusive Maria Graham) e perspectivas historiográficas, podem-se destacar: GALVÃO, Cristina Carrijo, “A escravidão compartilhada: os relatos de viajantes e os interpretes da sociedade brasileira”. 2001, Dissertação, IFCH-Unicamp; e TUNA, Gustavo Henrique, 2003. “Viagens e viajantes em Gilberto Freyre”. Dissertação, IFCH-Unicamp.

Talvez uma chave que possa apontar para uma possível explicação disso seja o trecho, escrito entre aspas, sinal de que é referente à fala de um escravo de uma grande fazenda:

Êstes escravos de fora da casa, pertencentes aos grandes engenhos, estão em geral em condição muito superior aos escravos pertencentes aos senhores cuja posição é mais próxima à deles, porque “Quanto mais o senhor está distante de nós em lugar e categoria, mais liberdade usufruímos, menos são inspecionadas e controladas nossas ações, e mais pálida fica a cruel comparação entre nossa própria sujeição e a liberdade, ou mesmo o domínio de outro “. (1956, p. 158-159).

Havia, então, nos grandes plantéis uma possibilidade maior de os escravos estabelecerem estratégias que dessem a eles condições de adquirir um certo grau de autonomia, apesar de, “na melhor das hipóteses, os confortos dos escravos [serem] precários” (1956, p. 159). Salientada a imagem de um escravo capaz que dialoga com as questões indicadas por Boime.

As evidências parecem também apontar para a idéia de que a escravidão no Brasil seria um mal necessário, mas não tanto como insistiam os senhores. Como transparece nas anotações de Graham, os próprios cativos, em suas ações e gestos, indicavam para a possibilidade de que os laços que permeavam a escravidão não justificavam o êxito dos meios produtivos, pois se “os negros e mulatos têm fortes motivos para esforçar-se em todos os sentidos e serem, por conseqüência, bem sucedidos naquilo que empreendem” (1956, p. 220).²⁴

Isso justificaria um país produtivo sem a utilização de mão-de-obra baseada em relações escravistas. Idéia que vai, também, ao encontro das duas últimas questões apontadas por Boime, que dizem respeito à competência e capacidade do negro e o seu potencial para transpor o estado selvagem em que se encontra.²⁵

²⁴ Ver as duas últimas citações da página 11 (GRAHAM, 1956, p. 255)

²⁵ Ver citação na página 14.

Talvez quando ela escreve sobre o caso do conde Hogendorp, o general de Napoleão que encontrou residindo no Rio de Janeiro, esteja apontando para uma questão crucial a respeito da abolição. O trecho pode até ser entendido como uma metáfora que ilustra o “projeto” de Graham:

Terça-feira, 1º de janeiro de 1822. – Fui pagar uma segunda visita a um ilustre exilado, o conde Hogendorp, um dos generais do Imperador Napoleão; minha primeira visita foi acidental. [...]. O General, como êle gosta de ser chamado, conduziu-nos em tórno de seu jardim e exibiu com orgulho seus frutos e suas flôres, louvou o clima, sòmente culpou o povo, que pela negligência e falta de indústria, desperdiça metade das vantagens que Deus lhe deu. Ao voltar à casa apresentou-me seu velho criado prussiano, que tomou parte com êle em muitas campanhas, e seus negros, que êle libertou ao comprar (1956, p. 188).

O General, segundo relatou Graham, adquire escravos e os torna livres no ato da compra. Seria essa experiência materializada por Graham uma opção para o Brasil? Abolir a escravidão, utilizar melhor seus recursos naturais, aproveitando-se também da esperteza do mulato²⁶ e o espírito prático do negro, que possivelmente continuaria com o papel do trabalho no setor produtivo.

V

A viajante Maria Graham dirigia suas palavras, como ela mesma afirmou, ao público inglês,²⁷ seus conterrâneos, que reprimiam o tráfico de escravos africanos. Sendo a própria viajante investida de tal meio sociocultural, não seria desconcertante entender o seu *Diário de uma viagem ao Brasil* como o fruto de um olhar que também foi se informando em suas incursões pelo mundo que serviram de base empírica para suas anotações.

No prefácio, Graham adverte:

²⁶ Ver citação na página 14.

²⁷ Ver citação na página 6.

Ainda que a idéia de uma eventual publicação não tenha sido estranha à redação dêste diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada de muitos meses naquele país, muitas circunstâncias imprevistas forçaram ainda a autora a revê-lo antes de ser entregue ao prelo, bem como a cancelar muitas páginas que fixavam acontecimentos públicos e privados (1956, p. 10).

As palavras da viajante indicam que havia uma pretensão inicial de publicar o diário, além de que houve uma certa depuração de suas anotações *in locus*, no modelo final da obra.

A viajante inglesa era uma adepta do trabalho empírico. Muitas vezes ela buscava informações em fontes documentais, a fim de imprimir características históricas e científicas a seu diário. Há um trecho bem significativo a esse respeito:

[...] outro dia tomei alguns jornais velhos da Bahia, exemplares da *I-dade de Ouro*, e encontrei a lista dos navios entrados durante três meses dêste ano os seguinte dados:

navios negreiros	entrada	vivos	mortos
1. Navio de Moyanbique			
[Moçambique]	25 de março, com	313	180
1. id.	6-março	378	61
2. id.	30-maio	293	10
3. id. de Molendo [Malenbo]	29-junho	357	102
1. id.	26-junho	<u>233</u>	<u>21</u>
		1.574	374

De modo que da carga dêstes cinco navios, calculada assim acidentalmente, mais de um quinto morreu na travessia (1956, pp.166-67).

Mas, apesar da preocupação em dar subsídios científicos a seu livro, Maria Graham parecia estar ciente da encruzilhada epistemológica em que sua produção de saber se encontrava, e isto, de certa forma, parece ter sido muito bem aproveitado por ela, que teria o aval para se utilizar do que achasse necessário para confirmar o que pretendia com seus argumentos. Como então a escravidão emerge no *Diário* de Maria Graham?

Seria a partir dos valores que ela atribuiu à escravidão, com conceitos já formados e outros que no caminho foram se agregando para dar à tal instituição um significado que atendesse aos objetivos pretendidos pela viajante?

O *Diário de uma Viagem ao Brasil* parece ser um enredo construído por Graham que denota uma causa abolicionista. Não seria abusiva a idéia de que entre suas anotações, ao menos em algumas, há entrelaçamentos de elementos alegóricos com pés fincados em terrenos sólidos de evidências. Já que ela mesma afirmou:

A linguagem poética do pensamento, e as duas cousas juntas formam uma tal realização que a alegoria e o romance fixam-se juntos na inteligência como verdade. E, afinal, que é a verdade? Certamente não são simples atos exteriores da vida ordinária, mas as percepções morais e intelectuais pelas quais nosso julgamento, ações e motivos são dirigidos (1956, p. 173).

Quando Maria Graham diz que a “orquestra da ópera é composta, no mínimo, de um terço de mulatos” (1956, p. 220), talvez esteja hiperbolizando o fato a fim de levar a cabo seu projeto de demonstrar a capacidade do negro de assimilar valores brancos. E opondo-se também às idéias que apontavam para a direção de que a mistura de raças levaria à degeneração.

Em uma história que Graham conta a respeito de seus vizinhos,

dos quais, os mais divertidos, tanto quanto pude ver até agora, são certamente os negros que transportam as frutas e verduras para vender. Os guardas-marinha fizeram amizade com alguns. Um deles tornou-se até amigo da casa, e depois de vender as frutas de seu senhor, ganha uma pequena gratificação para ele próprio, pelos seus contos, suas danças e suas cantigas. Sua tribo, ao que parece, estava em guerra com um rei vizinho. Ele partiu para a luta ainda menino, foi feito prisioneiro e vendido. Esta é provavelmente a história de muitos, mas o nosso amigo a conta com movimento e ênfase, mostra as feridas, dança sua dança de guerra, grita sua canção bárbara, de modo que, de escravo selvagem transforma-se em objeto de tocante interesse (1956, p. 183).

No trecho acima, Graham constrói uma lógica narrativa que desliza por um caminho, em princípio, definido, que desemboca na seguinte idéia: *SE DESPERTA O INTERESSE É HUMANO*.

A utilização do termo “canção bárbara” parece ser um recurso retórico que reafirma a idéia de o negro ter a capacidade de assimilar os valores da sociedade branca, que leva a perceber a viajante inglesa em um diálogo enfatizando o ideal científico hegemônico daquele período, o do monogenismo. Segundo Lilia Schwarcz:

Os monogenistas eram os que referendavam as interpretações da Bíblia e da própria Revolução Francesa e acreditavam na existência de apenas uma origem. Os homens não seriam diferentes, apenas desiguais, já que as variações apresentadas poderiam ser superadas, na medida em que teriam partido do mesmo esteiro, de um mesmo núcleo. Sua humanidade não era portanto negada (1996, pp 165-66).

No entendimento de Graham, a desigualdade entre brancos e negros podia ser superada, e por estar relacionada ao contexto, e não aos africanos em si, estes não poderiam, portanto, ter a sua humanidade negada.

VI

A obra de Maria Graham é, sem dúvida alguma, merecedora de extensos elogios, menos pelo fato de ter sido realizada por uma mulher, em pleno início do século XIX, que pelas características das descrições e análises da realidade observada pela viajante.

O olhar da viajante inglesa foi pensado, no presente trabalho, enquanto uma ação realizada a partir de certas conformações. Suas falas seriam uma espécie de *ponto nodal*, a confluência de vários feixes que se entrelaçam mutuamente e que por uma questão de ordem metodológica, a fim de tornar o conhecimento da maneira do olhar da viajante inteligível ao leitor, foram desenlaçados ao longo das análises.

Na prática, no fazer de Maria Graham, a sensibilidade, o entendimento científico, literário, filosófico, econômico, político, social, cultural, entre outros, se materializavam em suas falas sincronicamente.

Ao final deste trabalho a sensação que se tem é a de não ter efetivado a tarefa pretendida, apenas iniciado.

Muitas questões com certeza não foram contempladas aqui, porém seria muita pretensão dar conta de um assunto tão complexo e extenso. Espera-se, porém, de alguma forma ter contribuído um pouco para a inteligibilidade do *Diário de uma viagem ao Brasil*, de Maria Graham, no que concerne à escravidão, ou ao menos, despertar o interesse para estudos mais aprofundados no assunto.

Bibliografia:

BELLUZZO, Ana Maria, 1994. *O Brasil dos viajantes*. 3 Volumes, São Paulo/Salvador, Metalivros/Fundação Emílio Odebrecht.

GRAHAM, Maria, 1956. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Tradução: Américo Jacobina Lacombe; São Paulo, Editora Nacional.

LAPLANTINE, François, 1991. *Aprender Antropologia*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.

LEITE, Miriam Lichitz Moreira. 1988/1989. "Mulheres e família". In: *Revista Brasileira de História*, nº 17, v. 9.

LEITE, Miriam Lichitz Moreira. 2000. "Mulheres viajantes no século XIX". In: *Cadernos Pagu*, nº 15.

LEITE, Miriam Lichitz Moreira, 1997. *Livros de viagem (1803 – 1900). Relatos de viajantes como fontes da história*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.

MARTINS, Luciana de Lima, 2001 . *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro, Zahar.

MOTT, Luiz, 1988. *Escravidão, homossexualismo e demonologia*. São Paulo, Ícone editora

PRATT, Mary Louise, 1999. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, EDUSC.

ROCHA, Antonio Penalves. 2000. “Idéias antiescravistas da ilustração na sociedade escravista brasileira”. *Revista Brasileira de História*, n° 39, v. 20.

RUGENDAS, João Maurício, 1949. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Tradução de Sérgio Millet, São Paulo, Martins.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva(org), 1996. *Raça e diversidade*. São Paulo, Edusp.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1996. “As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva(org). *Raça e diversidade*. São Paulo, Edusp.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, 1993. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.

SLENES, Robert W. 1995/1996. “As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem alegórica de Joann Moritz Rugendas”. In: *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n° 02.

SLENES, Robert W. 1993. “Lares negros, olhares brancos: história da família escrava no século XIX”. In: CORRÊA, Maria (org). “*Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*.” Campinas, Editora da UNICAMP. .

SLENES, Robert W, 1999. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira,